

Vimo-lo no chão, temos de agir a partir do estrangeiro e de cima

*Publicado em 5 de outubro*

*Entrevista com José Batista Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Marabá, que fica localizada no sul do Estado do Pará, no Brasil.*

Vim até à Europa, a convite da União Europeia, como continuidade de um prémio de direitos humanos que foi concedido por esta organização à Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Marabá em razão do trabalho desenvolvido na linha de defesa dos direitos humanos naquela região do Pará.

Trabalho numa região da Amazônia que sofre efeitos danosos da expansão do agro-negócio em direção à floresta amazónica. Essa fronteira de expansão das atividades, principalmente, da pecuária extensiva, da exploração de madeira, ou da plantação de soja, tem provocado danos muito graves ao meio ambiente, violações dos direitos dos camponeses e também ameaças à segurança dos defensores dos direitos humanos que atuam nessa microrregião. A CPT, a entidade de que eu faço parte, existe na Amazônia desde a década de 1970 e tem monitorado todos os anos os conflitos ocorridos no campo no Brasil e também nessa região. Dos dados coletados pela Pastoral da Terra, cada ano podemos constatar que aproximadamente 30% de todos os conflitos registrados, sejam eles mortes, ameaças de morte, despejos violentos, trabalho escravo ou outras formas de violação dos direitos dos camponeses, ocorrem justamente nessa região de fronteira onde expandem os interesses do agro-negócio e onde, conseqüentemente, aumentam as áreas de desmatamento.

Boa parte dos produtos que saem atualmente da Amazônia brasileira é exportada sobretudo para o mercado europeu, como, por exemplo, a soja, minérios, madeira e carne bovina. Contudo, as atividades económicas que estão na origem desses produtos são as principais responsáveis pelo desmatamento e pelas situações de conflito com os povos e comunidades que residem naquela região. Por esse motivo, é importante que, no espaço europeu, a sociedade civil e os consumidores em geral façam ver às empresas que importam esses bens da Amazônia brasileira que não devem adquirir nem comercializar quaisquer produtos que tenham sido ganhos através de um processo de desmatamento da floresta amazónica e de intrusão nos territórios das comunidades residentes. Ao fazer isso ajudarão a travar o processo de destruição da floresta amazónica e a defender os direitos das suas populações.

Muitas das empresas que adquirem produtos brasileiros produzidos na Amazônia, são empresas europeias ou que operam no plano internacional. Por esse motivo, é muito importante que as organizações que zelam pelo cumprimento dos tratados internacionais, como a ONU ou a própria União Europeia e outras instituições supranacionais imponham, às empresas que adquirem esses produtos, a obrigação de respeitar princípios básicos de proteção do meio ambiente e de defesa dos direitos humanos nas suas transações comerciais. É que, muitas vezes, as empresas colocam esses produtos no mercado sem levar em consideração o modo como eles foram produzidos nas suas regiões de origem, contribuindo assim para agravar o processo de desmatamento. Daí se conclui que é absolutamente necessário que, no plano internacional, nomeadamente nas Nações Unidas, se defina um conjunto de normas que levem as empresas a adotar um comportamento mais responsável com vista à resolução dos graves problemas vividos na Amazônia.

Trabalho na Comissão Pastoral da Terra, sou advogado e militante daquela comissão. A Pastoral da Terra foi criada pela Igreja Católica no Brasil em meados da década de 70 justamente para dar uma atenção especial aos camponeses, ou seja, aqueles agregados familiares que viviam no campo e que

sofriam de violações dos seus direitos naquele período histórico em que o Brasil sofreu uma ditadura militar. Portanto foi com esse objetivo de contribuir para o respeito dos direitos dos camponeses que a Igreja Católica, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) criou a Pastoral, como criou aliás outras pastorais como, por exemplo, a pastoral indigenista para acompanhar as causas e apoiar as lutas das comunidades indígenas, a pastoral operária para acompanhar a luta dos trabalhadores fabris e outras. Nós na Comissão Pastoral da Terra atuamos em vários pontos do Brasil, mas a maior parte das nossas equipas está localizada na região da Amazônia, onde nós atuamos apoiando a luta dos camponeses pelo acesso à terra, pela garantia da permanência na terra, pela defesa dos seus territórios conquistados. Atuamos também apoiando a luta dos defensores dos direitos humanos e dos defensores da proteção da floresta que sofrem ameaças de morte e que correm risco de vida em função do seu trabalho e também atuamos apoiando os que lutam e lutando nós próprios contra as práticas contemporâneas de trabalho escravo que infelizmente são uma realidade muito presente na Amazônia. Hoje nós enfrentamos muitos desafios nessa região da Amazônia devido, principalmente, à mudança de governo. O atual governo brasileiro tem atuado no sentido de desconstruir um conjunto de conquistas em matéria de direitos humanos e de política ambiental que foi sendo assegurado ao longo dos anteriores governos. A orientação dos novos dirigentes suscita desafios acrescidos para as populações que moram e que resistem na Amazônia, as quais não estão conseguindo garantir a demarcação das terras indígenas, a regularização das terras da comunidade quilombo, a demarcação de áreas de comunidades ribeirinhas, a preservação das zonas de proteção ambiental anteriormente criadas, as reservas naturais, ou seja, não conseguem salvar realizações muito importantes para a defesa da Amazônia e para a defesa dos seus povos, dos seus costumes, dos seus direitos. E nesse momento que estamos vivendo, assistimos a um avanço sem precedentes do agro-negócio estimulado por novas políticas governamentais do atual executivo brasileiro que coloca em risco os recursos florestais, os ecossistemas e a vida dos habitantes. À luz destas considerações, entendemos que o Sínodo convocado pelo Papa Francisco para este ano se reveste de suma importância. Mais do que um apelo à boa vontade da Igreja da Amazônia, do Brasil e do mundo inteiro no sentido de se comprometer na defesa da Amazônia e das causas dos povos que lá vivem, trata-se de sensibilizar o mundo inteiro para o facto de Amazônia trazer benefícios para toda a Humanidade, pois que a Amazônia não é uma fonte de riqueza exclusiva dos países que atravessa. A Amazônia é um património universal, devendo ser protegida por todos os habitantes da Terra, por todos nós, independentemente da região onde vivemos, ou do país onde moramos. É a “Mãe Terra” como nós a chamamos lá, com os seus povos, com as suas criações, com as suas vidas, os seus rios, com a sua floresta que precisa de ser preservada para bem da Humanidade.